

SILVA, José Filipe, *Robert Kilwardby on the Human Soul: Plurality of Forms and Censorship in the Thirteenth Century*, (Investigating Medieval Philosophy, 3) Brill, Leiden-Boston 2012; 313 pp.; ISBN 9789004229846.

Este livro é um contributo importante para o conhecimento da posição filosófica e da obra intelectual de Robert Kilwardby, arcebispo de Cantuária e um autor pouco tratado até há pouco tempo, no entanto sobretudo conhecido por ser o promotor das conhecidas Proibições de Oxford de 1277. O estudo de José Filipe Silva descreve e analisa em detalhe a sua doutrina da alma, desde os primeiros textos parisienses até à *Epistola ad Petrum de Conflato*, fundamentando duas conclusões principais: por um lado, Kilwardby deve ser considerado um conhecedor do pensamento aristotélico que, dentro do possível, o assume e tenta conciliá-lo com a posição agostiniana que ele próprio segue. Por outra parte, Silva reivindica a afirmação, já defendida anteriormente por Wilshire, de que o objetivo das Proibições não foi a doutrina do Aquinate, como habitualmente se tem considerado, mas o conjunto de doutrinas em favor da simplicidade da alma,

também defendida por outros autores do século XIII e não apenas pelo Doutor Angélico.

O livro, que resulta da tese defendida pelo autor em 2009 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (*The Human Soul, Robert Kilwardby's Natural Philosophy and Theology*, orientador José Meirinhos; co-orientador S. Knuutti-la), distribui-se em Introdução e três partes principais: Human Beings, Theory of Knowledge e Discussion. Num breve percurso pelos dados centrais conhecidos da biografia de Kilwardby, na Introdução o autor dá conta das etapas principais: o ensino na Faculdade de Artes em Paris, o ingresso na ordem dominicana, c. 1245, e o cargo como arcebispo a partir de 1272. Depois disto, é importante a data de 1277, quando é proferida em Oxford a proibição de ensinar 30 teses, que imediatamente recebeu tantas críticas como apoios. Seja como for, a posição de Kilwardby é um ponto de inflexão nas tendências dos dominicanos e franciscanos, que assumem a partir desse momento posições diversas e desencontradas, o que faz de Kilwardby o último dominicano oposto à teoria da unidade da alma.

Na Primeira Parte, capítulo 1, «The Soul», discorre sobre a doutrina da alma, definida como forma do corpo e princípio de vida dos seres inanimados. Enquanto umas partes da alma – chamadas também potências, essências ou formas – se dão por via da geração, a intelectiva distingue-se por ser criada diretamente por Deus e ser a perfeição última do corpo sensitivo – do mesmo modo que para Rolando de Cremona ou Guilherme de Alvéria –, que o move «sicut nauta navi». Na relação com o corpo as partes vegetativa e sensitiva atuam como disposições que preparam o corpo para a receção da intelectiva. A alma racional tem uma composição hilemórfica e é uma entidade subsistente. A unidade com o corpo produz-se através da *unibilitas*, que é a inclinação própria e essencial da alma, apenas humana, para o corpo. O dualismo é atenuado graças a esta inclinação natural, essencial, da alma para o corpo. As duas entidades, alma e corpo, manifestam uma realidade composta de formas onde uma se ordena à outra, em que uma aperfeiçoa e a outra é aperfeiçoada. O capítulo 2, «Matter, Form and Change», trata do problema da matéria desde a posição de Kilwardby, distinguindo entre dois aspetos da matéria primeira: de acordo com a sua essência e de acordo com o seu ser. A matéria para Kilwardby, longe de ser um princípio radicalmente passivo, contém uma inclinação ativa para adquirir a forma, é portanto uma potência ativa. Esta visão está estreitamente relacionada com o problema da geração aplicado à alma (2.1), que é a questão-chave que leva o arcebispo a defender o pluralismo e a dupla origem da alma, criada e gerada, segundo José Silva. A geração produz-se graças a que existem na matéria potências ativas que

funcionam como princípios internos da mudança. A forma, desta maneira, existe na matéria num estado incoativo. Kilwardby identifica esta posição com a conceção agostiniana das razões seminais. O capítulo 3, «The Soul as *una forma viventis*», trata especificamente a necessidade de uma pluralidade de potências e o problema da unidade das potências, nomeadamente como se organiza esta pluralidade. De acordo com Kilwardby, cada forma sobrevive à chegada da forma mais alta, que aperfeiçoa mas não determina a inferior. Neste capítulo, José Silva mostra como o autor não está tão longe daqueles contemporâneos que eram bons conhecedores do pensamento do Estagirita. Kilwardby afirma o seu pluralismo contra um único princípio determinante, ideia defendida em doutrinas como as de João Blund ou Guilherme de Alvérnia. Neste sentido, foi o arcebispo quem proporcionou a crítica mais detalhada e sistemática desta teoria da unidade, através de argumentos tanto de filosofia natural como teológicos.

A Segunda Parte é dedicada à teoria do conhecimento de Kilwardby. O capítulo 4, «Sense Perception», estuda sobretudo a obra *De spiritu fantastico*, de 1250. A teoria do conhecimento de Kilwardby parte do aristotelismo ao afirmar que a alma está vazia de imagens corporais antes da perceção. No entanto, o seu agostinismo revela-se na defesa da natureza ativa da alma sensitiva, não do intelecto, no processo de aquisição da imagem. Desta maneira, Kilwardby descreve um processo em que o espírito, instrumento corporal da alma sensitiva, transmite a imagem desde os órgãos até ao sentido comum. É a alma, em todo caso, e não o objeto exterior, portanto, a responsável da espécie, que se produz pela atenção da alma ao corpo. O seguinte capítulo, «Intellectual Cognition», é uma parte mais complexa e de compreensão mais difícil, por compendiar, talvez demais, diferentes aspetos relacionados com a epistemologia de Kilwardby. Estes aspetos são: a abstração (5.1); o problema dos universais (5.2); o modelo trinitário da alma (5.3); a memória (5.4); a sua crítica do intelecto único – segundo José Silva é o primeiro testemunho dessa crítica – (5.5); o problema da individuação (5.6); a conceção de verdade e ciência (agostiniana, mas influenciada pelos *Analíticos posteriores*) (5.7 e 5.8); a teoria da linguagem (5.9); o intelecto angélico (5.10); a iluminação divina no intelecto (graças à qual existem algumas verdades imutáveis por um lado e, por outro, a possibilidade natural de atingir o conhecimento através dos seus poderes cognitivos) (5.11); os demónios (5.12); e finalmente as ideias divinas como causas exemplares das coisas que garantem a sua inteligibilidade (5.13). Esta parte mostra a complexidade e alcance da epistemologia de Kilwardby, que, apesar do seu agostinismo, desenvolve argumentos complexos usando categorias e ideias próprias do aristotelismo.

Finalmente, na Parte Três, de discussão, o estudo retoma o contexto das Condenações de 1277 para mostrar o erro de alguns preconceitos assumidos acerca delas, assim como para demonstrar que o pensamento de Tomás de Aquino não era o objetivo concreto das Proibições, mas que estavam dirigidas a um destinatário mais amplo que incluía todos os pensadores defensores da simplicidade da alma. Assim, o autor alinha-se com Wilshire e Lewry e posiciona-se contra Mandonnet, De Wulf ou Callus, ao considerar ser até possível que Kilwardby desconhecesse a teoria psicológica de Tomás de Aquino.

Como se pode ver, o estudo realizado por José Filipe Silva proporciona uma análise profunda da teoria psicológica e epistemológica de Robert Kilwardby sem desatender às coordenadas do debate do seu tempo sobre a alma e as distintas potências, um debate com dois polos, o aristotelismo e o agostinismo, que autores como Kilwardby procuram reconciliar. Desta maneira o autor consegue mostrar a complexidade do pensamento de Kilwardby, autor que tem sido considerado pela historiografia tradicional como um «conservador neo-agostiniano», sendo ensombrecido, como tantos outros autores importantes, pelas grandes figuras intelectuais desse século, figuras que, no entanto, não podem entender-se senão em diálogo com o pensamento destes autores que formam o seu contexto mais imediato. No caso de Kilwardby, as Condenações que promoveu têm contribuído para originar alguns equívocos relativamente à sua filosofia, reduzindo-o a um pensador anti-tomista e, por extensão, anti-aristotélico. No entanto, como José Silva insiste em assinalar, o arcebispo de Cantuária foi testemunha das discussões filosóficas da sua época e, como fizeram muitos outros pensadores, integrou muitos elementos da teoria aristotélica no seu discurso.

Em conclusão, este livro é o resultado de dedicada investigação e estudo do autor sobre os diversos aspetos da psicologia e epistemologia de Robert Kilwardby. O mérito do Autor corrobora-se também pelo facto de ser quem assina o capítulo sobre a alma e a epistemologia no recente *Companion to the Philosophy of Robert Kilwardby* editado. Henrik Lagerlund e Paul Thom (Brill, Köln 2013).

O livro termina com uma extensa bibliografia de fontes e estudos, um índice de autores e de conceitos-chave. É por tudo isto um livro de referência para o conhecimento e estudo Robert Kilwardby e do debate doutrinal sobre a alma e o conhecimento na primeira metade do século XIII.

Celia López Alcalde  
(Instituto de Filosofia da Universidade do Porto)